



D.V.



O que comemorar nesse mês de outubro?

*“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.”
- (Paulo Freire)*

De imediato podemos nos indagar o que temos a comemorar nesse mês de outubro de 2019, já que estamos vivendo um dos piores ataques de nossa história recente à educação, aos serviços e à(o)s servidore(a)s público(a)s, em especial à(o)s professore(a)s.

Mas se olharmos um pouquinho para nossa história, para as lutas que travamos, para as resistências que protagonizamos de forma coletiva, para as muitas mobilizações que realizamos e ainda fazemos em defesa da educação e dos serviços públicos, podemos identificar motivos para “comemorar”. Podemos e devemos saudar nossa RESISTÊNCIA!, nossa capacidade de ousar, de lutar e de defender um dos maiores sistemas públicos de ensino superior da América Latina.

Nesse mês do(a) professor(a), podemos afirmar, depois de 38 anos de trajetória do ANDES-SN, que nossa força está em nossa história e em nossa capacidade de enfrentar governos e gestores que, subordinados à lógica privatista do capital, querem transformar a educação em mercadoria promovendo o sucateamento e a privatização das instituições públicas de ensino superior.

Nossa história e nossa resistência foram mais uma vez consagradas no XVII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, no IV Congresso da CSP-Conlutas, na rejeição ao “FUTURE-SE” consolidada na maioria das universidades federais e na importante greve nacional da educação de 48h, que paralisou Universidades e Institutos Federais em todo o Brasil.

No mesmo mês que comemoramos o dia do professor e da professora, também ousamos desinvisibilizar o assédio que nossa categoria sofre dentro das instituições de ensino, assim

como saudamos os 16 anos das cotas raciais nas Universidades, que contribuem para sua popularização, diversificação e democratização.

Muito ainda temos a fazer, em especial quando analisamos os números da violência, produto de uma sociedade gestada e gerida pelo capitalismo que impõe desigualdade, exploração, violência, feminicídio, racismo, encarceramento, adoecimento, suicídio, desemprego, entre outras tragédias sociais, como se fossem consequências naturais. Esse “muito” que ainda temos a conquistar passa, necessariamente, pela nossa capacidade, nessa conjuntura de recrudescimento do conservadorismo, de violência incentivada pelos governos, de invisibilidade de negros e negras, indígenas, quilombolas, mulheres e LGBTQTTi, de construirmos unidade de ação, nas ruas, mobilizando nossa categoria e nos articulando com os demais seguimentos da classe trabalhadora.

Nesse mês de outubro, em que se comemora o nosso dia, o dia do professor e da professora, do educador e da educadora, é tempo de rememorar Paulo Freire e reafirmar que “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tão pouco a sociedade muda”, e que é necessário, reafirmar que:

“A desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da



ARTE: ANGEL HOLANDA

esperança que por “n” razões se tornou desesperançado. Daí que uma das nossas brigas com seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza”. (Paulo Freire)

Daí nosso desafio de vencer a desesperança e construir, para além da resistência, um projeto estratégico para a classe trabalhadora, que passa, necessariamente pela defesa da educação pública, gratuita, laica, universal, antipatriarcal e socialmente referenciada.

Não ao FUTURE-SE! Pela imediata recomposição do orçamento das instituições públicas de ensino superior!

EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Andressa Oliveira, Bruna Yunes DrT 9045/DF, Jonathan Oliveira, José Maciel, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Capa: Carlos Lopes // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação

Apoio técnico: Beatriz Artigas

ANDES-SN participa ativamente do IV Congresso Nacional da CSP-Conlutas



Foto: Divulgação

Numa conjuntura de enfrentamento aos intensos ataques do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro contra a classe trabalhadora, com retirada de direitos, cortes orçamentários, interferência na livre organização sindical e criminalização dos movimentos sociais, dentre outros, ocorreu o 4º Congresso da CSP-Conlutas, em Vinhedo-SP, no período de 3 a 6 de outubro, que contou com a participação de cerca de 1900 pessoas dentre delegados/as e observadores/as. A realização do congresso nesse contexto revertia-se de uma grande responsabilidade para a Central frente ao desafio de construção da unidade da classe trabalhadora e aprovação de resoluções que viessem a contribuir no fortalecimento da luta dos sindicatos, movimentos populares e estudantis.

O Andes-SN participou intensamente do evento, nos debates dos grupos e plenárias, com aproximadamente 70 delegados/as e observadores/as eleitos/as em assembleia realizada em Brasília, no mesmo período do 64º CONAD, e também por assembleias de base nas seções sindicais adimplentes com a Central.

Foram apresentadas sete propostas de resolução a partir das deliberações da base do sindicato no Congresso e no 64º CONAD, envolvendo temas de conjuntura internacional e nacional, balanço político e planos de ação, combate às opressões e questões organizativas, algumas delas tendo sido subscritas por outras entidades sindicais.

As resoluções foram debatidas em dez grupos, durante os dois primeiros dias, em seguida encaminhadas para consolidação por uma comissão, sem prévia indicação, e depois votadas em plenário. Para votação, o método

empregado impediu que fossem construídas sínteses de propostas pelo conjunto dos participantes e impossibilitou a aprovação das resoluções apresentadas pelo Andes-SN, pois as propostas, em sua maioria, foram votadas umas contra as outras. Com essa metodologia, o bloco hegemônico aprovou, por ampla maioria, todas as suas teses apresentadas, algumas delas em contraposição às políticas defendidas pelo Andes-SN, como foi o caso da aprovação do “Fora Maduro”, da resolução “Lava Jato, Vaza Jato e a luta contra a Corrupção”, da “taxa negocial” e a rejeição da construção do “Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e liberdades democráticas”.

No que tange à aprovação do “Fora Maduro”, os últimos eventos nacionais do ANDES-SN deliberaram pela defesa da soberania do povo venezuelano e contra qualquer intervenção imperialista. Mesmo não defendendo o governo Maduro, a base do ANDES-SN rejeitou a consigna “Fora Maduro”.

A aprovação da resolução “Lava Jato, Vaza Jato e a Luta Contra a Corrupção” tem gerado muita polêmica tanto pelo texto apresentado quanto, e principalmente, pela agressividade das falas em defesa da mesma. Há de se reconhecer que tal resolução traz uma contradição insuperável: se a justiça burguesa é seletiva e a Lava-Jato corrupta, como defender um “juízo regular” do ex-presidente Lula por essa mesma justiça? O Andes-SN tem denunciado a seletividade da justiça e a prisão arbitrária e política do ex-presidente e de militantes.

O Andes-SN sempre resistiu a quaisquer interferências do Estado na livre organização dos sindicatos e tem posição contrária à contribuição compulsória e por isso não poderá adotar a

posição em defesa da “taxa negocial” aprovada pelo Congresso da CSP-Conlutas.

A construção do Fórum Sindical Popular e de Juventudes, lançado em 19 de fevereiro de 2019, na APEOESP em São Paulo, com a presença de mais de 60 organizações e já constituído em 6 estados, foi defendida pelo Andes-SN e outras entidades, a partir da compreensão de que na atual conjuntura é fundamental que haja um espaço que amplie a participação de lutadores e lutadoras que hoje não se organizam na CSP-Conlutas, que dispute o protagonismo da direção dos movimentos e organizações da classe trabalhadora. Porém, a proposta foi rejeitada.

Dentre as outras proposições apresentadas pelo Andes-SN foram aprovadas a rejeição ao Future-se e o compromisso da Central de defender, no âmbito da CONEDEC, a realização do IV Encontro Nacional de Educação. No tema de combate às opressões aprovou-se a luta contra a violência obstétrica e a Emenda Constitucional 29, que criminaliza todas as formas de aborto. Após negociação, conseguiu-se ampliar a política de paridade de gênero para as Secretarias Executivas Estaduais. Nos Estados onde não for possível implementar imediatamente a paridade, deverá ser garantido o percentual máximo possível de mulheres na composição das chapas e na direção.

As políticas Setoriais também foram objeto de debates nos grupos, mas devido ao atraso na programação do Congresso, foram votadas em bloco na plenária, sem espaço para a apresentação de defesas.

O 4º Congresso contou ainda com a participação de representantes internacionais, que relataram a luta da classe trabalhadora em seus países, e teve um ato político “Indígenas, Quilombolas e a destruição do meio-ambiente”, além de um importante painel sobre opressões.

A direção do ANDES-SN, após a realização do grupo sobre funcionalismo público, convocou uma reunião pró-rearticulação da CNESF, que aconteceu no dia 06 de outubro e contou com a participação de diversas entidades que compreendem a fundamental importância de elevar o patamar de organização, luta e mobilização do conjunto do funcionalismo público.

Na próxima reunião da Diretoria Nacional será realizado um balanço do IV Congresso da CSP-Conlutas que será apresentado no caderno de textos do 39º Congresso do ANDES-SN.





Encontro das IEES/IMES aponta encaminhamentos para a luta no próximo período

Docentes de 15 seções sindicais do ANDES-SN participaram do XVII Encontro Nacional do Setor das Iees e Imes, entre 20 e 22 de setembro, nos auditórios da Associação dos Professores da Universidade de Gurupi (Apug-Seção Sindical do ANDES-SN) e da Universidade de Gurupi (Unirg), em Tocantins.

Com o tema "Na defesa das universidades estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas: Nossa Resposta é Resistência", o encontro promoveu debates e apontou propostas em defesa das universidades públicas estaduais e municipais, dos direitos e das liberdades democráticas.

Análise da conjuntura

A primeira mesa de trabalho tratou da análise da conjuntura e contou com a participação de Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN; André Uzêda, do Fórum das Associações Docentes (ADs) das Universidades Estaduais da Bahia (Ueba); de Rosângela Assunção, da Associação dos Docentes do Centro de Ensino Superior do Piauí (Adcesp SSind.); de Rivânia Moura, da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Aduern SSind.).

Os palestrantes debateram os impactos das políticas dos atuais governos Federal, Estaduais e Municipais nas universidades e do programa Future-se, apresentado pelo Ministério da Educação e seu reflexo nas Iees e Imes. Também discutiram as lutas empenhadas nos estados e as greves realizadas entre 2018 e 2019.

Na sequência, foi realizado o Painel das Seções Sindicais, espaço para que os docentes compartilhem experiências sobre os problemas enfrentados localmente. Foi comum em vários relatos a luta por mais financiamento para as instituições e os ataques à carreira docente. O sábado (21) foi dedicado ao debate sobre as liberdades democráticas e também a Lei de Responsabilidade Fiscal dos estados.

A mesa "A Universidade como espaço da diversidade e defesa das liberdades democráticas" tratou de questões relacionadas ao "Projeto Escola Sem Partido", aos ataques à autonomia do trabalho docente e dos ataques à educação pelo governo Bolsonaro. Outro tema de destaque neste debate foi o aumento das violências contra as populações negra, mulheres, LGBT e os ataques aos direitos humanos e o racismo institucional nas universidades.

Encerrando os debates, a mesa "A Lei da



Foto: Divulgação

Responsabilidade Fiscal e a imposição das políticas regressivas nas Iees/Imes: caminhos para resistir e reagir" abordou como a restrição da LRF é usada como pretexto para impor retrocessos e cortes orçamentários.

"A discussão abrangeu as relações que se estabelecem entre a aplicação da LRF, nos estados e municípios, e o seu impacto no financiamento das Iees/Imes, principalmente quanto aos gastos com pessoal. Nessa perspectiva, as políticas de arrocho salarial, contenção das progressões e promoções nos planos de carreira e o impedimento do acesso ao regime de trabalho em dedicação exclusiva são justificados pelos governos a partir dos limites da LRF, contudo, sem existir um impedimento legal para tal, tendo em vista que, conforme debatido na mesa, a lei não estabelece esses impedimentos", explica Emerson Duarte, 2º vice-presidente da Regional Norte II e membro da coordenação do setor das Iees/ Imes.

Encaminhamentos

O último dia do XVII Encontro Nacional do Setor das Iees e Imes (22) foi marcado pela Plenária Final, quando os debates dos grupos de discussão, realizados ao final do sábado, foram apresentados e organizados em propostas de encaminhamentos. Entre as ações apontadas estão a realização de campanhas estaduais e municipais em defesa da autonomia universitária, da carreira e do Regime de Dedicação Exclusiva. Também foi recomendada a atuação política com ações jurídicas para que se cumpra a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual

(LOA) nas assembleias legislativas, a fim de garantir o financiamento 100% público e estatal para a educação.

Para Luiz Henrique Blume, da coordenação do Setor das Iees/Imes, o encontro foi muito positivo e reuniu um número expressivo de seções sindicais. O diretor do Sindicato Nacional pontuou a importância de se fazer o resgate histórico das greves do último período e também a relação do Future-se com as universidades estaduais e municipais.

Outro momento destacado pelo 1º vice-presidente da Regional Nordeste III foi o painel das seções sindicais. "Já tem sido uma tradição nos nossos encontros realizarmos um painel onde as seções sindicais falam sobre suas experiências. Percebemos que há um quadro comum de ataques aos direitos dos professores, tanto em termos da intensificação da jornada de trabalho, com a ampliação da jornada mínima, quanto uma dificuldade dos governos entenderem a importância dos regimes de dedicação exclusiva como regime preferencial de trabalho nas universidades. Além disso, é comum entre os estados o arrocho salarial praticado pelos governos estaduais e municipais", detalhou.

Blume explicou, ainda, que os encaminhamentos apontados no encontro serão levados para a próxima reunião da diretoria do Sindicato Nacional e ajudarão a compor a proposta de plano de lutas do setor, para o próximo período, que será discutida e votada no 39º Congresso do ANDES-SN, em fevereiro de 2020, em São Paulo.

17 de Outubro: Dia Nacional de Luta contra os Assédios Moral e Sexual

Com o objetivo de intensificar o combate aos casos de assédio no ambiente acadêmico, o ANDES-SN reafirmou, no 64º Conad, 17 de outubro como Dia Nacional de Luta contra os Assédios Moral e Sexual nas Universidades Municipais, Estaduais e Federais, Institutos Federais e Cefet.

O dia foi incluído no calendário de lutas do Sindicato Nacional no ano passado, após deliberação congressual. E também foi incorporado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e pela CSP-Conlutas. O propósito da data é abrir um espaço de debate sobre situações assediosas, como enfrentá-las e combatê-las.

Segundo Qelli Rocha, 1ª vice-presidente do Sindicato Nacional, é importante que as seções sindicais intensifiquem as atividades de conscientização para marcar a data, mas também é fundamental que, ao longo do ano, realizem campanhas permanentes e ações de prevenção e de combate ao assédio moral e ao assédio sexual.

“Fixamos essa data para que, ao longo dessa semana, as seções sindicais estejam ainda mais atentas e mobilizadas elaborando oficinas, seminários, encontros, palestras, construindo materiais específicos para serem distribuídos para sensibilizar o setor da educação - professores, técnicos e estudantes, para que estejam mobilizados para poder enfrentar o assédio moral e sexual nas instituições de ensino”, conta a diretora.

Uma violência silenciosa

Os assédios moral e sexual nos locais de trabalho são práticas, muitas vezes, silenciosas e que acabam sendo naturalizadas, tanto nos ambientes de trabalho quanto de ensino. Estão relacionadas às relações de poder e hierarquia e, principalmente, às relações econômicas. No ambiente acadêmico, a escala de qualificação intelectual também contribui para criar um ambiente favorável ao assédio. Tais situações são caracterizadas também por um conjunto de opressões, como racismo, machismo, lgbtfofia.

As consequências desse tipo de violência podem ser nefastas, podendo levar a pessoa assediada ao adoecimento emocional e acarretar o desenvolvimento de quadros de depressão, crises de pânico, e até mesmo levar ao suicídio.



Intensificação do assédio

O ascenso do discurso conservador e reacionário em nossa sociedade, que resultou na eleição de um presidente de extrema-direita, contribuiu para a intensificação dos casos de assédio moral e sexual nas universidades, institutos e Cefet.

Qelli acrescenta que, nesse momento, há uma conjuntura favorável para a manifestação do conservadorismo, inclusive incentivada pelos representantes do Executivo, como Bolsonaro e seus ministros, que têm produzido um discurso que salvaguarda os abusadores. Com isso, segundo ela, os machistas se sentem livres para poder expressar ainda mais o seu patriarcado sobre as mulheres, intensificando situações de assédio e abuso sexuais.

“Há um aumento também das manifestações de represália e violações dentro do espaço de trabalho. Os processos de estágio probatório estão ainda mais rigorosos, os processos de progressão na carreira têm passado por uma burocratização extrema, a determinação de não permitir o afastamento remunerado para capacitação docente, são situações que propiciam ainda mais o assédio moral e que contribuem também para o adoecimento docente”, exemplifica.

Resistência

O crescimento de casos de assédios e suas consequências levaram a várias ações de resistência dos movimentos sindicais e sociais. Entre elas, a caracterização dessas situações e a desnaturalização deste tipo de violência no ambiente de trabalho. O debate sobre assédio moral e sexual passou a ser amplamente pautado, levando inclusive à criação de legislação específica acerca dessas violências no ambiente de trabalho.

Em 2017, o ANDES-SN lançou uma campanha de combate ao assédio sexual nas instituições de ensino e também a segunda edição da cartilha “Contra todas as formas de assédio, em defesa dos direitos das mulheres, das/os indígenas, das/os negras/os, e das/os LGBT”.

Os materiais foram amplamente divulgados pelas seções sindicais e secretarias regionais, o que permitiu também, segundo a diretora do Sindicato Nacional, uma escuta mais ativa por parte da categoria. “A partir da cartilha, tivemos docentes apontando que era a primeira vez que eles identificavam que o que estavam vivenciando era situação de assédio moral ou sexual. As mulheres, sobretudo, apontaram a questão do assédio sexual, e os estudantes também”, conta.

Segundo Qelli, as atividades de formação, discussão e deliberação do Sindicato Nacional também passaram a serem espaços para denúncia. “Temos feito também o levantamento empírico de casos durante os seminários, encontros de formação do ANDES-SN, reunião dos setores. Por mais que não seja um ponto de pauta específico, sempre acontece de um ou outro professor relatar situações de assédio moral”, comenta.

Ela destaca ainda que outro canal para denúncias sobre assédio nas instituições é o site da Frente Escola Sem Mordaça, relançado em junho desse ano.

O impacto dos casos de assédio na saúde dos docentes também é um dos pontos de um levantamento sobre saúde docente que vem sendo elaborado pelo Sindicato Nacional e que será discutido durante o VII Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador Docente, que será realizado no final de outubro, em Campina Grande (PB), nos dias 25 e 26 de outubro de 2019.





Greve de 48 horas em defesa da Educação mobiliza docentes em todo o país



Foto: Divulgação

As 48h em defesa da Educação Pública, contra os cortes orçamentários e o Future-se contou com paralisações, atos, passeatas e diversas atividades nas universidades federais, estaduais e municipais, institutos federais e Cefets.

As manifestações em várias partes do país reuniram docentes, técnicos, estudantes, pais, movimentos sociais e demais segmentos da sociedade. Além de dialogar com a população sobre a importância das instituições públicas de ensino e o seu papel social, vários atos também pautaram a luta pela soberania nacional, em defesa da Amazônia, da Petrobrás, dos Correios e demais empresas públicas.

Confira como foram algumas das atividades pelo país:

Em Pelotas (RS), a comunidade acadêmica da Ufpel e do IFSul participou, no dia 2, de rodas de conversas, debates e lançamentos de livros. Já no dia 3, realizou o ato político-cultural “Educação na Rua”, no largo do Mercado Central, seguido de passeata pelas ruas do centro.

No Rio Grande (RS), a comunidade acadêmica da Furg realizou uma assembleia ampliada para discutir os rumos da universidade e o programa Future-se no primeiro dia da paralisação. No dia seguinte, realizaram, junto com docentes,

técnicos e estudantes do IFRS, um ato com panfletagem na cidade.

Já na Federal de Santa Maria (UFSM), onde os estudantes deflagraram greve por tempo indeterminado desde o dia 2 de outubro, houve ato público e caminhada pelas ruas centrais.

Em Cuiabá, os docentes da UFMT fizeram panfletagem e aula pública na praça da capital mato-grossense.

No estado do Rio de Janeiro, as seções sindicais realizaram atividades localizadas no dia 2 e no dia 3 um ato unificado no centro da capital fluminense. A comunidade acadêmica dos diversos campi da UFF (Niterói, Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes) realizou aulas públicas, panfletagens, mesas redondas, exposições de trabalhos de diferentes áreas de conhecimento da universidade.

Da mesma forma, os docentes da Unirio e do Cefet RJ também participaram de aulas públicas nas praças do Rio de Janeiro.

No dia 3, a comunidade acadêmica se uniu a demais entidades sindicais e movimentos sociais e tomaram as ruas contra o processo de desmonte do Brasil, em defesa da Educação, dos serviços públicos e contra as privatizações. O ato unificado das entidades da Educação e das Centrais Sindicais saiu da Candelária e seguiu em caminhada até a sede da Petrobras, na Avenida Chile.

Na Bahia, também ocorreram manifestações para marcar as 48 horas de luta em defesa da educação. O segundo dia da Greve Nacional da Educação, em Salvador, foi marcado por uma marcha que levou milhares às ruas. Segundo os organizadores, cerca de 10 mil docentes, estudantes, técnicos, representantes de entidades sindicais e outras organizações fizeram a denúncia das políticas privatistas, que atuam com o intuito de desmontar da educação pública de qualidade, tanto nas esferas estadual quanto federal. A passeata foi do Campo Grande ao Largo do Campo da Pólvora.

Em São Luís (MA), docentes e estudantes realizaram uma Plenária Estudantil sobre o Future-se no dia 2 e, no dia seguinte, um ato que teve como mote a reafirmação da posição contrária ao programa do MEC de desmonte das universidades federais.

Em Manaus (AM), os docentes, estudantes e técnicos realizaram várias atividades. Café da manhã político, mesas redondas, debates, jogos, feira de artesanatos e oficinas marcaram a Greve Nacional da Educação de 48 horas na Ufam. Assim como em Macapá (AP), onde os docentes da Unifap realizaram dois dias de debates e muita luta.

Em Belém (PA), a atividade “Povo com Ciência”, realizada no Mirante do Rio marcou o primeiro dia de paralisação de docentes e técnicos da UFPA. No dia seguinte, os

professores participaram de um ato Público Unificado pela educação pública e contra as privatizações, no Mercado de São Brás. Em Marabá, no sudoeste do Pará, docentes da Unifesspa fizeram aula pública na rua, em defesa da educação e da Amazônia.

Em Fortaleza (CE), no dia 2 ocorreram panfletagem, debates e atividades culturais na Uece e na UFC. No dia seguinte, houve manifestação pelas ruas da cidade e apresentação cultural na Concha Acústica. A comunidade acadêmica da Unilab, em Redenção, e da UFCA, em Juazeiro do Norte, também realizaram atividade durante os dois dias de luta.

Em Campina Grande, os docentes da UFCG fizeram café da manhã, aula na rua e mobilização, além de ato público e caminhada pelas ruas do centro da cidade.

Maceió (AL) também teve as ruas tomadas por uma manifestação em defesa da educação e da soberania nacional, no dia 3. Antecedendo o protesto, foi realizada uma ação de conscientização no Hospital Universitário, com um café da manhã, panfletagem e diálogo sobre as principais pautas do ato público. O café da manhã também ocorreu no dia anterior na Praça da Paz, na Ufal. As atividades foram organizadas em conjunto por docentes, técnicos e estudantes.

Em Minas Gerais, em diversas cidades, como Uberlândia, São João Del Rei e Juiz de Fora a comunidade acadêmica foi às ruas dialogar com a população. Foram realizadas audiências públicas, aulas nas praças, atos culturais, panfletagens e passeatas.

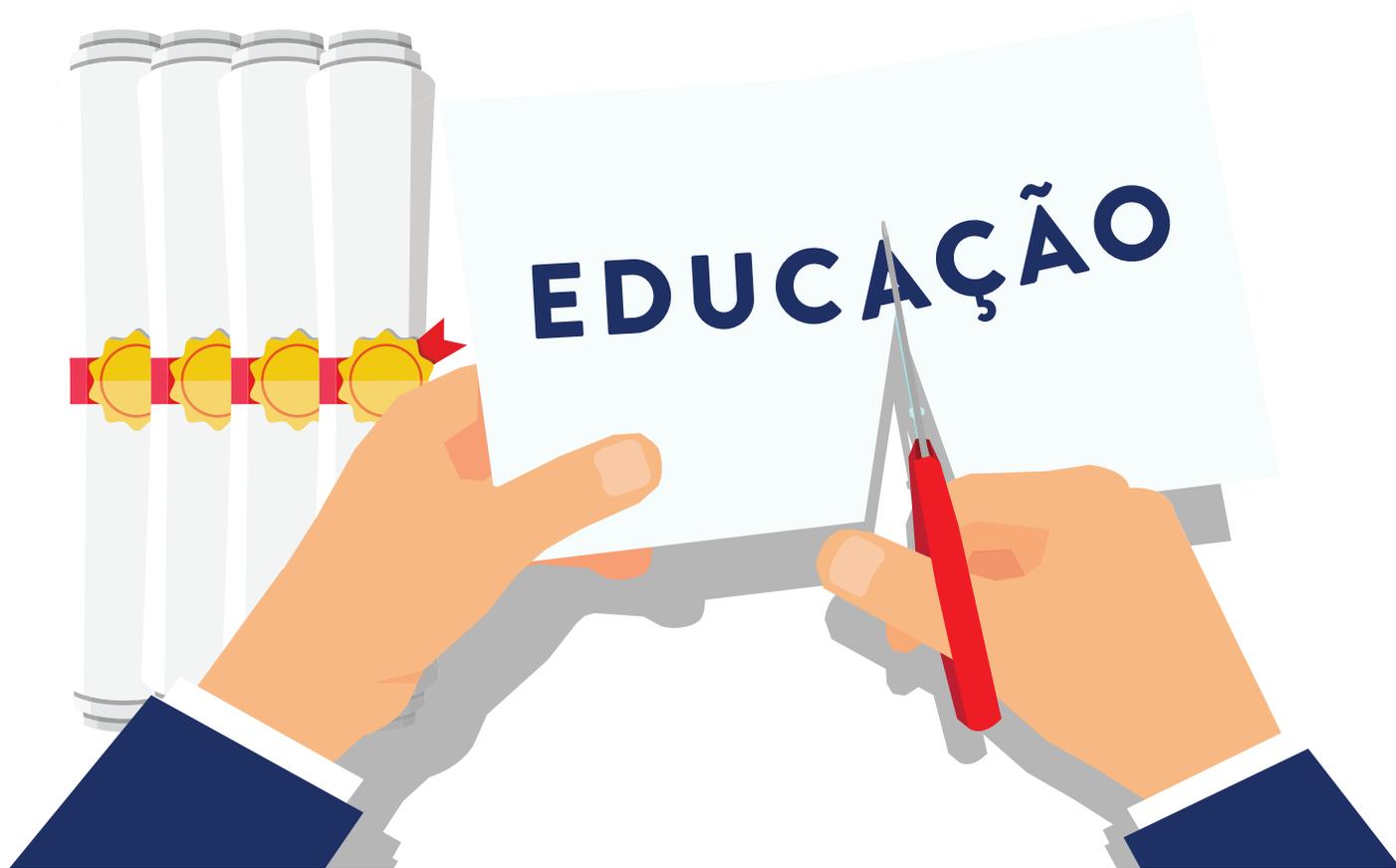
Em Vitória (ES), as 48 horas de mobilização tiveram intensa participação da comunidade acadêmica, com fechamento de portões, panfletagens e atividades na Ufes, além de um ato público no Teatro Universitário. No dia 3, a comunidade acadêmica se uniu aos petroleiros, trabalhadores dos Correios, da Cesan e de outras estatais em um ato pelas ruas da cidade, em defesa da educação e da soberania nacional.

“O nosso balanço é que a paralisação de 48 horas atingiu o objetivo para o acúmulo de forças e para ampliar a nossa mobilização. Teremos uma reunião conjunta dos setores do ANDES-SN, quando nossas seções sindicais - tanto das Federais quanto das Estaduais e Municipais - vão nos trazer um relato mais detalhado e poderemos fazer um balanço mais elaborado de como foram esses dois dias de luta, o que nos permitirá pensar para frente, como vamos avançar na construção da greve do setor da Educação”, explicou Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

48H: GREVE NACIONAL



Cortes na Educação já afetam funcionamento das IFE



O corte orçamentário feito pelo governo federal na área da Educação, em abril deste ano, aprofundou a precária situação vivenciada nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas em todo o país. Dos R\$ 5,83 bilhões cortados da Educação, cerca de R\$ 1,7 bilhão atingiram as verbas discricionárias das IES, que são destinadas ao pagamento de contas de água, luz, manutenção, salário dos servidores terceirizados, entre outros. Agravando ainda mais a situação, em agosto o governo desviou outros R\$ 926 milhões do orçamento destinado à Educação para emendas parlamentares com o objetivo de aprovar a reforma da Previdência.

Após diversos protestos em defesa da Educação pública, que levaram milhares às ruas e mobilizaram diversos setores da sociedade, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, desbloqueou, em setembro, R\$ 1,9 bilhão de recursos da pasta. Universidades e Institutos federais receberão a maior parte do dinheiro: R\$ 1,156 bilhão. Mesmo com a liberação, as IES continuarão com cerca de 15% dos recursos previstos contingenciados no seu já enxuto orçamento. “Esse desbloqueio é insuficiente para reverter a asfixia

financeira das instituições de ensino superior públicas no Brasil”, ressaltou Antonio Gonçalves, presidente do ANDES-SN.

Os cortes são justificados pelo governo como parte do ajuste fiscal, o qual tem como principal diretriz a Emenda Constitucional (EC) 95/16, do Teto dos Gastos. O regime fiscal, que limita os gastos e investimentos da União, foi anunciado à época como a única medida capaz de retomar o crescimento da economia e reduzir a dívida pública brasileira. Movimentos sociais e entidades sindicais protestaram e repudiaram a mudança constitucional, que, entre outros, restringiu os recursos destinados à Saúde e Educação públicas.

“A EC 95 é outro aspecto pernicioso nesta conjuntura econômica que impôs um teto para as políticas públicas de modo a garantir a remuneração do sistema financeiro a partir do superávit primário. O que está em curso é um projeto de total desestruturação do Estado, não é um fator conjuntural”, criticou Gonçalves.

Realidade

Desde 2015, as IES vêm sofrendo cortes nos seus recursos, que neste

ano, além das verbas discricionárias, atingiram também milhares de bolsas científicas. A redução orçamentária afeta não só docentes, estudantes e técnicos, mas também a comunidade externa, que se relaciona com as instituições através de diversos atendimentos: médicos, veterinários, psicológicos, apoio jurídico, fisioterapêuticos, entre outros, via projetos de extensão.

Algumas universidades já anunciaram prazo limite para conseguirem manter em dia os seus compromissos, caso o contingenciamento não seja revertido em sua totalidade.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por exemplo, os contratos de serviços estão atrasados desde junho. No final de setembro, depois de 15 dias de negociação com o MEC, foram desbloqueados R\$ 4 milhões do orçamento da instituição, usado para contratos relativos aos serviços de segurança. Porém, o pagamento garantido às empresas cobre somente as despesas referentes a junho. A universidade impôs uma série de restrições, como a limitação do uso de celulares para cargos da reitoria, das viagens de estudantes da graduação para atividades de campo e

dos serviços de manutenção externa para seguir funcionando.

Ainda no Rio de Janeiro, as universidades federais Fluminense (UFF), do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e a Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) sinalizaram que podem parar as atividades em breve. A Defensoria Pública da União do Estado protocolou, no final de setembro, uma ação civil pública pedindo à Justiça para garantir a suspensão do contingenciamento de verbas das instituições federais de ensino do estado fluminense.

Na Bahia, no mês de agosto, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) suspendeu viagens de estudantes e a aquisição de materiais de consumo e tirou os aparelhos de ar-condicionado dos campi. A comunidade externa também foi afetada. A suspensão das obras dos prédios da UFSB, por exemplo, causou a demissão de 270 trabalhadores da construção civil nas cidades de Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas. Segundo a instituição, os materiais de consumo como carteiras, quadros, itens de limpeza e materiais de laboratórios tiveram as compras suspensas, assim como a capacitação de servidores. O desligamento do ar-condicionado foi feito para evitar possíveis cortes de energia por falta de pagamento.

No final de setembro, foi a vez da Universidade Federal da Bahia (Ufba) se manifestar. A instituição emitiu uma portaria que determina a suspensão de concessões de passagens e diárias para participação em seminários e congressos; redução do uso de elevadores, limitados a garantir mobilidade de pessoas com deficiências; desligamento de aparelhos de ar-condicionado, exceto em espaços sem ventilação natural e em laboratórios, museus e bibliotecas; suspensão de ligações de telefone fixo para móvel e restrição de ligações interurbanas e internacionais, entre outras medidas.

A Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe) solicitou à comunidade acadêmica o uso racional da iluminação nos ambientes e suspendeu, também, novos editais de contratação de professores e repasse de bolsas de estudo e o início de reformas de infraestrutura. O desligamento do ar-condicionado também foi feito na Ufpe, assim como na Universidade Federal da Paraíba

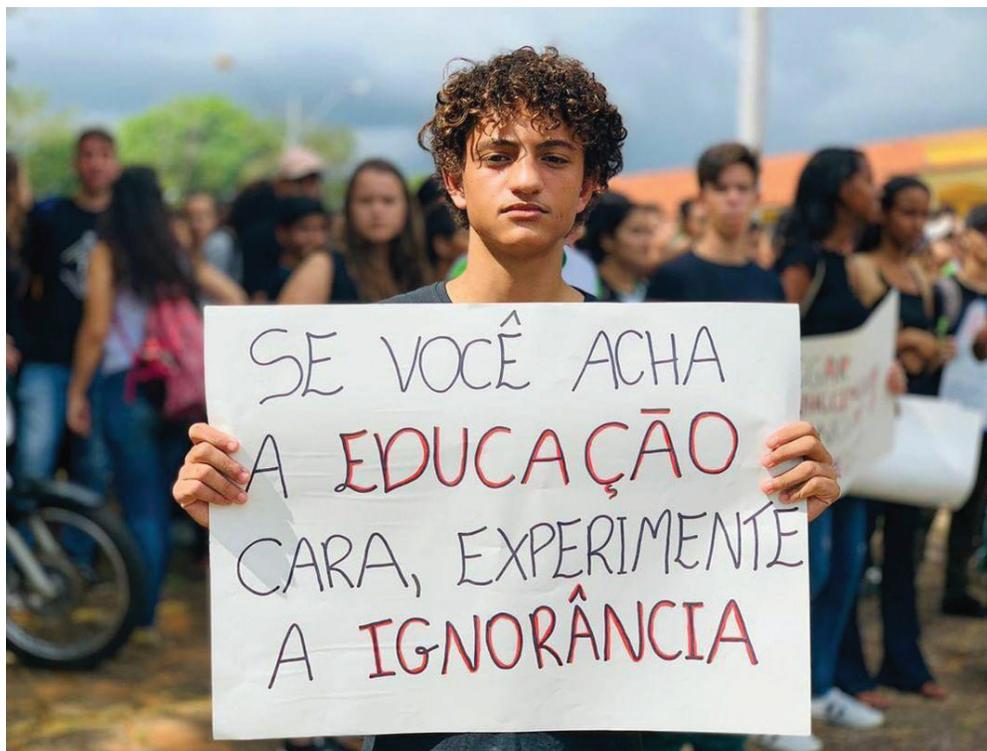


FOTO: MÍDIA NINA

(Ufpb), que proibiu o uso dos aparelhos nos campi e recomendou o uso racional da energia elétrica.

No Rio Grande do Sul, a reitoria da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel) anunciou uma série de medidas para o enfrentamento do déficit orçamentário, como o racionamento de despesas com infraestrutura, o que implica na suspensão de serviços de manutenção e reformas que dependam da aquisição de material; a redução no consumo de energia elétrica, com a suspensão do uso de condicionadores de ar e estufas; racionamento do uso da frota de veículos; suspensão da substituição de bolsistas (bolsas institucionais) a partir de outubro e racionamento de despesas administrativas. Sem a liberação dos recursos, a Universidade poderá paralisar as suas atividades em breve.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), um despacho do reitor, emitido no final de agosto, comunicou a redução em 50% da quantidade de postos de trabalho nos contratos de mão de obra; suspensão temporária de contratos de prestação de serviços por demanda tais como: serralheria, pintura, forros e dry wall, pisos, vidraçaria, persianas, divisórias, vidros, chaveiros e outros; interrupção do Serviço de transporte "Intercampi" intermunicipal; redução do Serviço de transporte "Intercampi" entre campi da mesma cidade, em 70% em relação ao serviço oferecido atualmente; suspensão de viagens de ônibus/carros a destinos cuja distância de Uberlândia seja superior a 500 Km; suspensão imediata do

pagamento de subsídio do quilômetro rodado por parte da PROPLAD; suspensão temporária de 100% (cem por cento) do contrato de lanches; redução do quadro de estagiários em 60% (sessenta por cento); suspensão temporária da implementação do "Programa Bolsas de Graduação - PBG", com início previsto para setembro de 2019; e suspensão do pagamento de bolsas de iniciação científica relativas a contrapartida da UFU para com a Fapemig, a partir de setembro/2019.

No mês passado, a prefeitura do campus da Universidade Federal do Acre (Ufac) informou, por meio de nota, que diante dos cortes no orçamento, os serviços de manutenção de ar-condicionado foram suspensos e os pedidos para utilização de veículos oficiais seriam avaliados.

Corte de bolsas

O anúncio de corte de 5.613 bolsas de pós-graduação, no dia 2 de setembro, que seriam oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), se soma à divulgação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2020 e disparou o sinal de alerta. O PLOA para o próximo ano prevê a redução em cerca de 50% dos recursos destinados ao mesmo órgão para 2020. Dez dias depois, 3.182 dos auxílios voltaram a ser disponibilizadas, sendo anunciados pelo MEC como bolsas "novas".

Em São Paulo, a reitoria da Universidade Estadual de Campinas



(Unicamp) enviou no dia 4 de setembro uma moção ao presidente da República, Jair Bolsonaro, na qual critica veementemente o desmonte do ensino superior público e da pesquisa do Brasil. Atualmente, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Capes aportam cerca de R\$ 12 milhões mensais para o financiamento de bolsas a cinco mil estudantes de pós-graduação da Unicamp.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) divulgou, no final de agosto, uma moção em defesa do CNPq. No texto, o colegiado manifesta “grande preocupação diante da grave situação orçamentária e financeira” do CNPq, que põe “em risco décadas de investimentos em recursos humanos e em infraestrutura para pesquisa e inovação no Brasil”.

Future-se

Para ampliar a precarização das IES o governo, através do MEC, apresentou no mês de julho o projeto privatista Future-se. O programa propõe garantir a “autonomia financeira” das universidades, institutos federais e Cefet via captação de recursos junto ao setor privado, através de fundos de investimento, parcerias público-privadas e a privatização do patrimônio imobiliário das IFE. A gestão passará a ser feita por Organizações Sociais (OS), de caráter privado, sinalizando a possibilidade de contratações de docentes fora do regime jurídico único de docentes. Além disso, o Future-se ataca o tripé ensino, pesquisa e extensão, base do projeto de educação superior público previsto

na Constituição Federal e defendido pelo ANDES-SN.

Em resposta à proposta do governo, os Conselhos Universitários de 26 instituições federais de ensino superior já se manifestaram rejeitando o programa Future-se. Diversas outras universidades federais constituíram grupos de trabalho para analisar o programa e encaminhar a discussão nos órgãos superiores.

Segundo o presidente do ANDES-SN, o objetivo do governo é manter um cenário de escassez e criar um ambiente favorável à aprovação do Future-se. “Temos como desafio a reversão dos cortes orçamentários, mas também a garantia de financiamento público na Lei do Orçamento Anual (LOA) que será aprovada pelo Congresso Nacional para o ano de 2020”, observou.

Para Antonio Gonçalves, a política neoliberal do governo Bolsonaro deve se derrotada nas ruas através da luta da classe trabalhadora brasileira. “Por isso que indicamos a Greve Nacional da Educação, que ocorreu nos 2 e 3 de outubro, como parte do processo da acumulação de forças da nossa categoria e do conjunto da classe trabalhadora, para movimentos mais fortes no curto prazo”, afirmou o presidente do Sindicato Nacional. O dirigente citou ainda o 4º Congresso da CSP-Conlutas, ocorrido de 3 a 6, e a reunião conjunta de setores das Instituições Estaduais de Ensino Superior (Iees), Municipais (Imes) e Federais (Ifes) no dia 19 de outubro como importantes momentos de construção da luta contra o projeto de desmonte dos serviços públicos.

MOBILIZAÇÕES

Docentes, técnico-administrativos e estudantes têm se mobilizado contra a política de cortes do governo Bolsonaro. Em maio, nos dias 15 e 30, milhões de pessoas saíram às ruas contra os cortes na Educação e a reforma da Previdência. A Greve da Educação fechou escolas, institutos e universidades e levou às ruas professores, técnicos, estudantes e a população em geral. Houve manifestações em centenas de cidades de todos os estados brasileiros. As manifestações, chamadas de tsunami da Educação, resultaram em um recuo no contingenciamento que, primeiramente, seria de R\$ 7,4 bilhões e ficou em R\$ 5,8 bilhões. Para barrar a reforma da Previdência, no dia 14 de junho, rodoviárias amanheceram totalmente vazias, empresas fechadas e as trabalhadoras e trabalhadores de braços cruzados. Sindicatos, movimentos sociais, estudantes e docentes estavam unidos com um único objetivo:

Greve Geral.

Após o anúncio do Future-se, os setores da Educação realizaram um dia de paralisação nacional no dia 13 de agosto. Milhares foram novamente às ruas em protesto contra os ataques à educação. Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) estão em greve por tempo indeterminado desde o dia 10 de setembro contra o Future-se e o corte no orçamento da Educação Federal. O movimento estudantil reivindica também a revogação da EC 95 e a garantia de assistência a indígenas e quilombolas na universidade.

E, no início do mês, o setor da Educação realizou nova paralisação, de 48 horas, nos dias 2 e 3 de outubro.

FOTO: MÍDIA NINJA



Encontro do ANDES-SN debate os ataques à Educação e aos direitos dos docentes



FOTO: COMUNICAÇÃO ANDES

Mais de 50 pessoas, entre advogados e dirigentes das seções sindicais do Sindicato Nacional, além dos diretores nacionais e de representantes das Assessorias Jurídica Nacional (AJN), participaram do Encontro do Coletivo Jurídico Nacional do ANDES-SN, realizado na sede da entidade, em Brasília (DF) nos dias 4 e 5 de outubro.

Abriu o encontro a 1ª vice-presidente do Sindicato Nacional, Qelli Rocha, destacando a importância das ações jurídicas como instrumento para assegurar os direitos dos trabalhadores. Segundo ela, entretanto, a judicialização deve ser o último estágio de ação. "Diante dessa conjuntura, é importante a reorganização da classe trabalhadora. De um lado é necessária a resistência no âmbito das organizações, das lutas contra a retirada de direitos e em defesa das liberdades democráticas e, por outro lado, é preciso construir um projeto estratégico para a classe trabalhadora como, por exemplo, a construção nos estados de um Fórum Sindical, Popular e da Juventude de luta pelos direitos e pelas liberdades democráticas".

A diretora do ANDES-SN destacou os ataques à educação pública no país, como os cortes orçamentários e os atentados à autonomia universitária. "A principal pauta do ANDES-SN tem sido a defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. Os 10 meses de governo Bolsonaro têm como

base o sucateamento acelerado em todos os níveis, sobretudo o do Ensino Superior, com a materialidade dos cortes nas instituições públicas de ensino superior. É uma crise sem precedentes, que abre caminho para o programa Future-se. Atrela-se a falência por inanição das universidades com a proposta de adesão ao future-se", criticou.

Marcelise Azevedo e Rodrigo Torelly, da AJN do ANDES-SN, discorreram sobre a complexidade jurídica vivida diante da atual conjuntura política. O momento, segundo eles, exige cuidado e ações estratégicas. Já Anderson Alves e André Luis, da assessoria parlamentar, afirmaram que, apesar do fato da atual legislatura no Congresso Nacional ter uma ala conservadora, ela não difere muito de anos anteriores. O que muda de gestões anteriores para esta é a falta de coordenação política por parte do Executivo.

Rodrigo Torelly analisou o Decreto no. 9.991/19 PNPD, que restringe as normas previstas no Regime Jurídico Único dos funcionários públicos. Segundo destacou, os docentes estariam livres dos efeitos do decreto por terem na Lei de Carreira Docente a sua regulamentação específica. "A enxurrada de medidas provisórias tem em comum fazer avançar a intervenção governamental nas universidades federais. Não é só a autonomia que está sob risco, mas também a garantia do acesso ao ensino, à educação. É um projeto de destruição da educação", destacou.

Future-se

Leandro Madureira, da Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do Sindicato Nacional, falou sobre o Future-se destacando o aspecto da pesquisa acadêmica, de acordo com o projeto do governo, passar a ser financiada por meio de OS. Ele lembrou que o empresariado nacional não tem tradição de investimento em pesquisa, educação ou qualquer projeto que fuja à lógica do interesse privado. "Essa tentativa do Future-se de querer buscar investimento com o empresariado é uma circunstância que está fadada ao fracasso. As universidades sofrerão também, caso adiram ao Future-se. A adesão voluntária, com muitas aspas, prevê que as OS que serão responsáveis pela execução do programa recebam uma série de facilitações da lei do programa e alterações de outras leis e isenções tributárias", ressaltou.

"As relações que hoje se dão de forma estatutária, passarão por um processo de precarização ainda mais significativo com implicação não só na vida e carreira do docente como também na vida da sociedade, com a precarização da educação e das questões previdenciárias. Todas as circunstâncias do Future-se que afetam a universidade nos fazem ter um olhar de muita apreensão em relação ao programa", concluiu Madureira.





Anuário de Segurança Pública traduz em números **racismo e machismo estruturantes**

O Brasil é um país muito violento: é o que mostram os números do 13º Anuário Brasileiro de Segurança, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A análise dos dados mostra que o país é desigual até mesmo na falta de segurança: pessoas negras são maioria em quase todos os índices apontados; violência doméstica e feminicídios apresentam índices alarmantes, reafirmando o machismo estruturante na sociedade.

A lógica da exclusão também aparece no cenário da Segurança Pública: as balas perdidas pelo Estado na suposta defesa da ordem encontram corpos com características definidas: 99% são homens, 75% são negros e 78% são jovens.

Com reflexos inclusive nas finanças de Estado, as contas das perdas econômicas revelam um dado simbólico significativo: estimativas mostram que a violência gera gastos de 6% do PIB (Produto Interno Bruto), ou seja, o equivalente ao investido pelo Estado em Educação.

O ano de 2019 ainda não está no relatório de 200 páginas do Anuário, mas já bateu um recorde. No Estado do Rio de Janeiro, segundo levantamento do Instituto de Segurança Pública, mais de mil pessoas foram mortas pelos agentes públicos que deveriam protegê-las, apenas nos seis primeiros meses do ano. O mês de julho registrou 194 assassinatos realizados por policiais em serviço, um a cada quatro horas, o maior índice dos últimos 20 anos.

A análise do Anuário revela que não há correlação entre o aumento da violência de Estado e segurança. As mortes provocadas por intervenção policial subiram de 5,1 mil para 6,1 mil no último ano, um aumento de quase 20%, enquanto a taxa de homicídios caiu 11%. É importante frisar que os crimes não diminuíram nos locais onde a polícia matou mais.

O “pacote anticrime” do ministro Sergio Moro, que propunha de livrar de punição policiais que cometessem eventuais “excessos” – como matar crianças pobres, negras e faveladas –, por alegação de medo, surpresa ou emoção violenta, foi rejeitado na esteira da comoção pública pela morte da menina.

Mariana Trotta, 1ª vice-presidente da Regional Rio de Janeiro e encarregada de

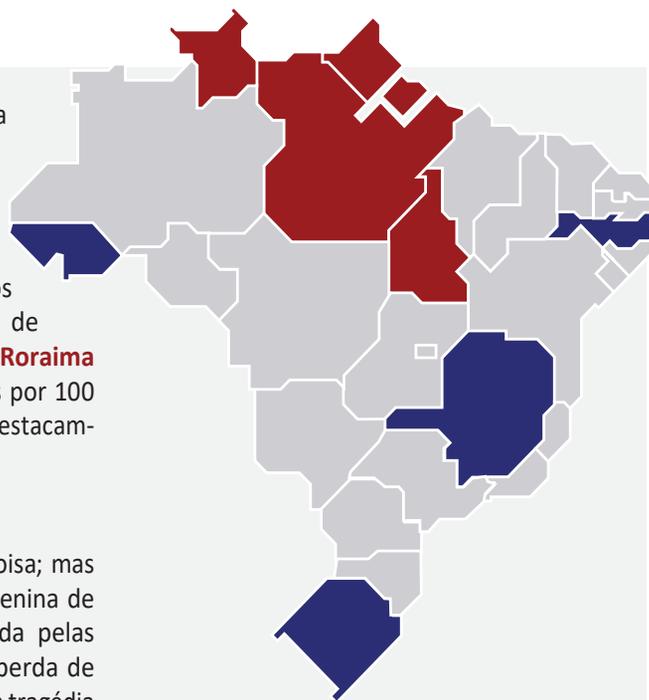
No mapa da violência, a maioria dos estados teve queda no número de homicídios. Quatro se destacaram: **Acre, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.**

A região Norte concentra os quatro estados em que a taxa de mortes intencionais aumentou: **Roraima** tem a maior taxa de assassinatos por 100 mil habitantes na região. Depois, destacam-se: **Tocantins, Amapá e Pará.**

Matemática da exclusão

Números podem dizer muita coisa; mas não tudo. Para a mãe de uma menina de oito anos de idade anos baleada pelas costas, a violência causou uma perda de 100%. Este assassinato não foi uma tragédia isolada: Ágatha Vitória Sales Félix foi uma das muitas vítimas fatais do terrorismo de Estado implantado pelo atual governador do Rio de Janeiro.

Mesmo se fosse apenas um número, a menina faria parte de uma contabilidade significativa. Ela foi a quinta criança morta



da mesma forma, entre as 16 baleadas em ações policiais no ano, todas pertencentes à mesma classe social.

“Não gosto do helicóptero porque ele atira e as pessoas morrem”

(Carta das Crianças do Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro)

Assuntos Jurídicos do ANDES-SN, relaciona a tendência de ampliação do Estado penal com a retração dos direitos sociais.

“Estamos vivendo um momento de aumento da violência policial, o que sinaliza um processo de criminalização dos mais pobres da classe trabalhadora. No Rio de Janeiro, por exemplo, tivemos neste ano um aumento muito grande no número de mortes nas favelas, promovidas pelas forças do Estado; o caso mais emblemático foi o de Ágatha Félix. Mas aconteceram muitas mortes, todos os dias há assassinatos cometidos pela Polícia Militar, em todas as favelas do Rio, o que mostra que se trata de uma política de extermínio da população mais pobre. No momento em que há um avanço da retirada dos direitos sociais, também vemos um aumento da barbárie”, destaca Mariana.

“Fogo cruzado” como metáfora

Mais além do Anuário, a violência em muitos casos aparece de formas estatisticamente insignificantes, mas nem por isso menos ricas em significado,

como nos casos de tortura de rapazes apanhados roubando pequenos objetos em supermercados. Não são os adolescentes brancos que praticam pequenos furtos no shopping, mas rapazes negros que surrupiam um pacote de salgadinhos e são encaminhados para a “sala de investigação” (ambiente de torturas), estrategicamente localizada fora das vistas do público frequentador do estabelecimento.

Nossas casas parecem ser locais bem mais seguros do que uma saleta no porão de um supermercado. Para as mulheres, entretanto, isso não é verdade. Outro recorde de 2018 foi o número de estupros, que aumentou 4%. A cada hora, quatro meninas de até 13 anos foram violentadas no país. No sexo masculino, as maiores vítimas foram os meninos de cinco a nove anos de idade.

Uma mulher brasileira é agredida a cada quatro minutos. Entre as sobreviventes, algumas prestam queixa e, estas, registraram 145 mil notificações em 2018, contra 139 mil em 2017. Do total, 66 mil são casos de violência sexual, uma média

Violência

de 180 a cada dia, sendo 54% das vítimas meninas menores de 13 anos.

Constituindo um grupo extremamente vulnerável, a população LGBTQI segue sistematicamente invisibilizada. A contagem de crimes violentos contra essa parcela da população reflete a escassez de direitos e reconhecimento enquanto cidadãos: mais da metade dos estados não categorizam os crimes abrangendo este grupo.

A sociedade traduzida em números

A análise dos dados do Anuário indica que a situação já foi ainda pior. As 57.341 pessoas mortas violentamente, de forma intencional, em 2018, são um contingente 10,4% menor do que o de 2017, quando

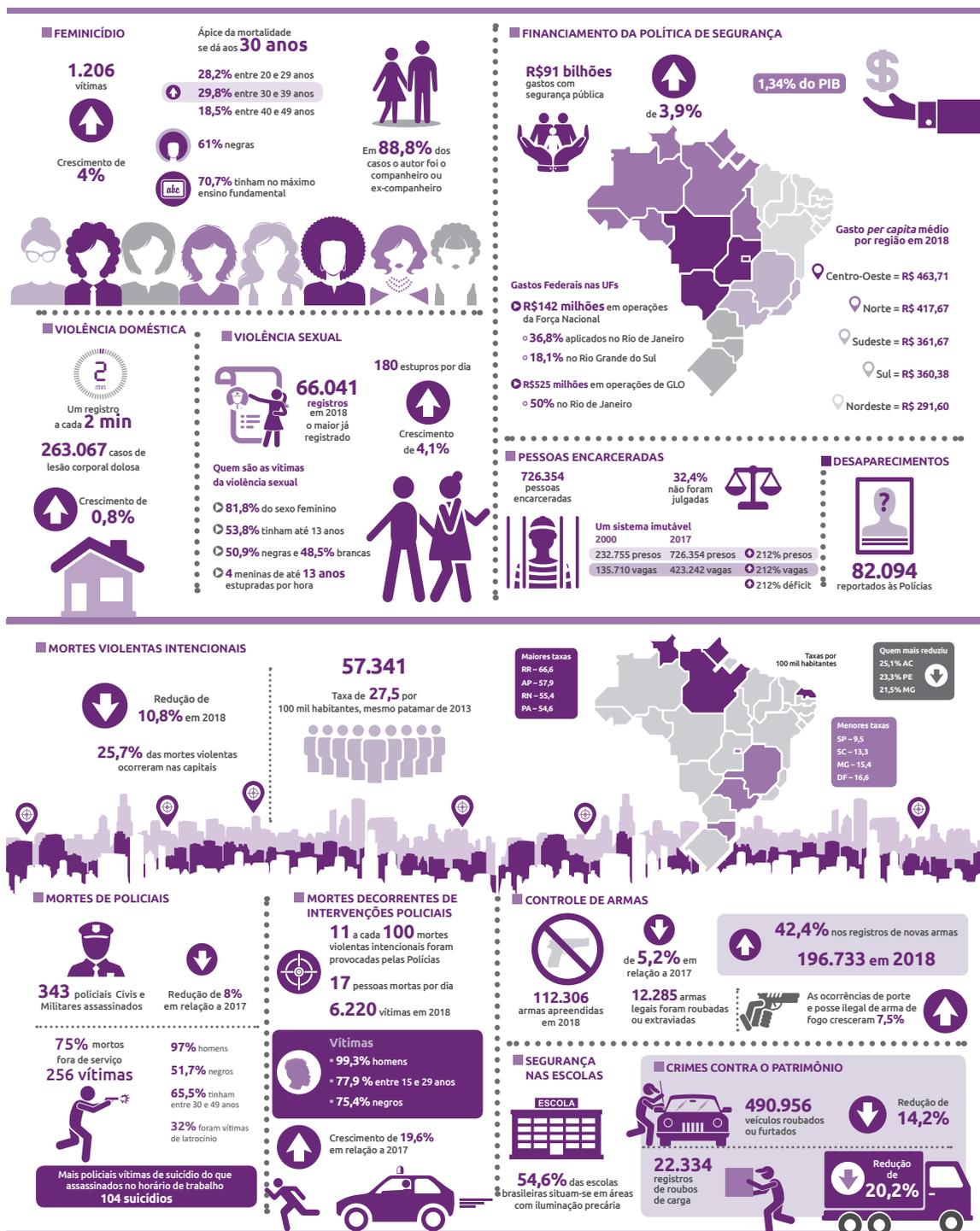
64.021 pessoas foram assassinadas em território nacional.

Desde 2015, o país vivia um aumento constante nesses números. Especialistas dizem ser prematuro apontar motivos para a redução, mas frisam que, na realidade, o patamar apenas retornou ao registro de 2014, que já era considerado bastante alto. Entre as explicações estão fatores demográficos, o Estatuto do Desarmamento e questões políticas locais.

O Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2019 mostra que o número de mortes intencionais cresceu em média 5,44% ao ano durante os 14 anos anteriores à entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento e passou a diminuir

0,85% anuais nos 14 anos depois que este foi promulgado.

Até mesmo causas heterodoxas são apontadas para esta redução da violência, como o monopólio de determinadas facções do crime organizado, o que elimina a guerra interna que fez vítimas em outros momentos da história. Como destacam os autores do Anuário, “a compilação dos dados de 2018 revela um contexto político e institucional em que alguns dos números agregados da violência letal intencional apresentam oscilações consideráveis, mas, paradoxalmente, pouco se sabe sobre as origens e razões desse movimento. O Brasil não tem a prática de documentar, monitorar e avaliar as políticas setoriais, o que poderia contribuir para estimular o que deu certo e evitar o que deu errado”, afirma o texto.



FONTE: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA





OUTUBRO *Rosa*

Outubro marca o mês de conscientização sobre câncer de mama e de colo do útero

Dentro da política da Organização Mundial de Saúde (OMS) de designar os meses do ano por uma cor, promovendo assim campanhas de conscientização sobre doenças e formas de prevenção, o Outubro Rosa pretende chamar a atenção para a importância dos exames para diagnóstico precoce de câncer de mama e, mais recentemente, também de câncer de colo do útero.

No Brasil, quase um terço dos casos de câncer em mulheres são de mama. As estimativas para 2019 são de uma incidência de 59.700 novos casos da doença diagnosticados. Os prognósticos de sobrevivência apresentam uma tendência de aumento, porém se observa uma grande disparidade global.

A possibilidade de sobrevivência está diretamente relacionada ao acesso à informação sobre a doença e como preveni-la, aos métodos de diagnóstico e ao tratamento adequado e oportuno. Quanto mais cedo um tumor invasivo é detectado, e o tratamento é iniciado, maior a probabilidade de cura.

O câncer de mama, muitas vezes, só é detectado através de mamografias. A importância do exame reside nos

significativos índices de cura em casos descobertos nos estágios iniciais da doença, que giram em torno de 95%. No entanto, dados do Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA) apontam que apenas 2,5 milhões de mamografias foram realizadas em 2014, equivalente a uma taxa de 24,8%, bem menos do que os 70% recomendados pela OMS. Estes números falam mais sobre a organização da sociedade do que sobre a doença.

Jacqueline Lima, 2ª Secretária do ANDES-SN, contextualiza a questão do baixo acesso à mamografia no panorama das desigualdades enfrentadas pelas mulheres.

"O Outubro Rosa é importante por trazer a reflexão sobre o câncer de mama e a importância de se prevenir. Mas devemos lembrar que temos problemas muito sérios de políticas públicas. Estatísticas mostram que, quanto menos escolaridade a mulher tem, quanto mais negra ela é, mais tardiamente os diagnósticos são feitos e maiores são os tumores. Quando estamos falando do Outubro Rosa, portanto, estamos falando sobre prevenção. Quanto mais inicial o estágio em que a doença é detectada, maior é a cura e a sobrevivência da mulher. E

as dificuldades enfrentadas pela mulher em realizar o exame e assim poder obter o diagnóstico precoce têm a ver com o racismo institucional, com a questão da inclusão, com recorte de classe e raça", diz Jacqueline.

A ausência de informações e de políticas públicas voltadas à prevenção faz com que muitas mulheres sejam tolhidas do direito à Saúde e à vida.

A diretora do ANDES-SN denuncia ainda a carência do Sistema Único de Saúde em oferecer atendimento às mulheres, que foi intensificada após a aprovação do Teto dos Gastos.

"Desde a aprovação da Emenda Constitucional de 95, os recursos só estão diminuindo. Nós podemos, inclusive, atingir um momento de epidemia de câncer de mama, pois com a redução do investido em saúde pública, as mulheres terão ainda menos acesso tanto aos exames preventivos quanto aos tratamentos. Ou seja, podemos ter, em médio prazo, números assustadores de câncer de mama", alerta.

Direito de decidir sobre o próprio corpo

O mês de outubro começa com os ecos de outra data importante no calendário de lutas das mulheres. O Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, celebrado em 28 de setembro, traz a mesma sorte de questionamentos sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e o poder de decidir sobre

o próprio corpo. Questiona, ainda, a educação e o tipo de atenção à saúde oferecidos às meninas e mulheres.

A 2ª secretária do ANDES-SN ressalta que o direito da mulher de decidir sobre o próprio corpo vai além da interrupção da gravidez. O ANDES-SN é a favor da luta pela implementação de políticas públicas de saúde direcionadas aos direitos sexuais e reprodutivos que atendam, com integralidade, as necessidades e as escolhas de cada mulher.

"Nós já temos a posição de lutar pela descriminalização do aborto, que foi uma deliberação do 34º Congresso. Depois, já decidimos também, lutar pela legalização da interrupção voluntária da gravidez. Temos participado do debate e também acompanhado as discussões no Supremo", conta. Ela relembra que o Sindicato Nacional esteve presente nas audiências realizadas no STF sobre a ADPF 442, em agosto de 2018. Ainda, destaca que existem várias outras questões inseridas no universo das políticas públicas de saúde e que tangenciam o direito à decisão sobre o corpo da mulher.

"Além do aborto, que é uma questão de saúde pública, nós vemos hoje o Ministério da Saúde lançando uma nota declarando não reconhecer o termo 'violência obstétrica'. E colocando que os médicos deveriam ter mais liberdade para fazer as escolhas. Enxergamos isso como um retrocesso. Inclusive, a expressão 'liberdade para fazer as próprias escolhas' é uma apropriação da OMS, que usa

MOBILIZAÇÕES

O movimento internacional de combate ao câncer de mama surgiu nos EUA em 1990, quando aconteceu a primeira Corrida pela Cura, na qual foram distribuídos laços cor-de-rosa, produzidos pela Fundação Susan G. Komen. A partir de 1997 o mês de outubro foi escolhido como data simbólica para a promoção de atividades voltadas ao diagnóstico e prevenção da doença. Os laços rosa chegaram ao Brasil em 2002. Desde então, o sequestro do tema pelo mercado publicitário, como costuma acontecer, aumentou o alcance e diluiu o significado da iniciativa.

este termo que vem da conquista das mulheres. A gente fala violência obstétrica nos referindo à intervenções desnecessárias, como a episiotomia, que clinicamente é um procedimento desnecessário, pode causar muita dor e incômodos persistentes e, apesar de todas estas considerações, muitas vezes o médico realiza sem sequer comunicar - quem dirá consultar - a mulher".

"O Ministério da Saúde está rejeitando esta discussão por estar sendo pautado, hoje, por um segmento mais conservador da classe médica. E este posicionamento atinge diretamente a mulher", continua Jacqueline, lembrando que "em São Paulo, o Governador João Dória homologou um Projeto de Lei da Deputada Estadual

Janaína Pascoal, determinando que a mulher tenha 'o direito de exigir uma cesariana'. É mais um PL que mercantiliza o corpo da mulher, porque no Brasil nós temos um índice de 40% de cesarianas no SUS e mais de 80% na rede privada. Só que o movimento feminista está acordando. As protagonistas estão querendo reverter este cenário. Quando você vê esse PL sem uma reflexão sobre a saúde da mulher, sobre a saúde da criança, percebe que o principal significado se dá em termos de mercado. É o médico querendo poupar tempo cortando a mulher no parto, agendando o procedimento para quando for mais conveniente a ele".

Sem investimento não há saúde

Jacqueline Lima conclui que para além da conscientização acerca dos tipos de câncer que afetam a saúde das mulheres, é fundamental lutar, nesse momento, pela revogação da EC 95.

"Não adianta fazermos o Outubro Rosa se não nós não temos um Sistema Único de Saúde que ofereça as condições que a mulher brasileira precisa para fazer uma detecção precoce e tratamento do câncer de mama. Principalmente depois que foi promulgada a Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os tetos dos gastos públicos com despesas primárias, como saúde e educação, dizer à mulher que ela poderá fazer mamografia e terá direito a um tratamento digno se tornou uma mentira, uma falácia", denuncia.

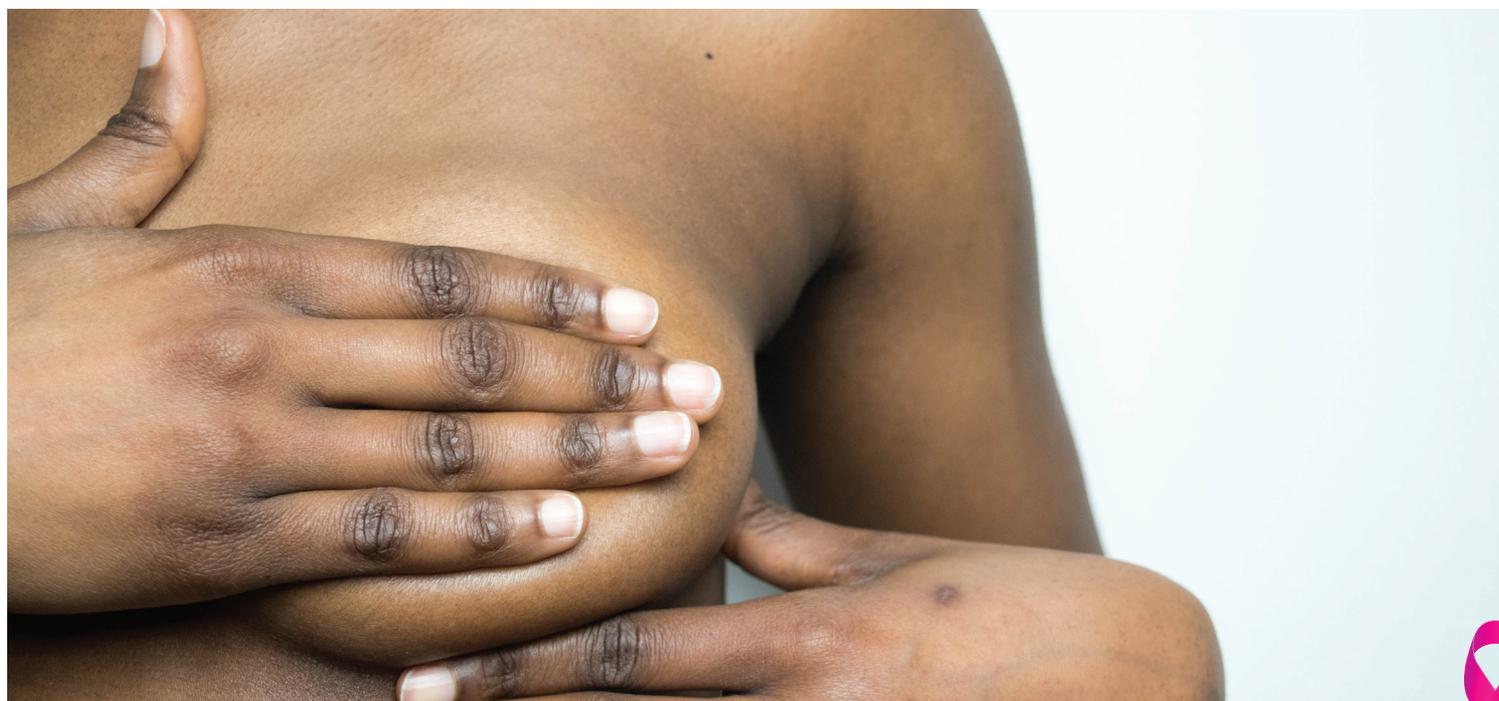


Foto: Divulgação





E então, que quereis?...

Maiakóvski

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

• Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.

As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as
como uma quilha corta
as ondas.



Vladimir Maiakóvski nasceu em 19 de julho de 1893 na aldeia de Bagdádi, nos arredores de Kutaíssi (hoje Maiakóvski), na Geórgia, então Império Russo. Conhecido como "o poeta da Revolução", foi também um importante dramaturgo e teórico russo, frequentemente citado como um dos maiores poetas do século XX. Faleceu em 1930, em Moscou, Rússia.